

Pregão Eletrônico - PE.PPSA. 004/2018

Objeto: Contratação de prestação de serviços regulares de **AUDITORIA EXTERNA** independente para os exercícios fiscais (trimestral e anual) de 2019 a 2022, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano .

Assunto: Resposta ao recurso impetrado pela MACIEL AUDITORES S/S (Recorrente).

1 - Dos fatos:

A Recorrente apresentou, tempestivamente, em 30 de abril de 2019, recurso administrativo contra a decisão da PPSA que declarou a MC MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S (MCS) vencedora do certame em epígrafe.

2 - Recurso apresentado:

Em síntese a Recorrente alega que discorda da habilitação da empresa declarada vencedora do Pregão e aponta supostas irregularidades na documentação por esta apresentada para a comprovação do atendimento ao item 13.3.3. relativo à **Qualificação Técnica** e do item 13.3.4. relativo à **Qualificação Econômico-Financeira**, que estariam em desacordo com as exigências editalícias e desrespeitando ao princípio da vinculação ao Edital.

Questiona a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica emitido pela consultoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), alegando que o mesmo não menciona o escopo, o período de execução e nem identifica a empresa contratante dos serviços prestados; descumpra o Edital no que tange a recomendação para apresentação de Atestados emitidos pela Proponente para seus próprios profissionais, bem como, discorda da aceitação da comprovação de experiência profissional por apenas um dos sócios da proponente.

Discorda, também, da aceitação do Balaço Patrimonial da proponente alegando a verificação de grave falta de informações cruciais, como: SPED, termo de abertura e encerramento, DRA, DLPA e das Notas Explicativas, que são partes obrigatoriamente integrantes do Balanço Patrimonial.

Ao final, requer o provimento do seu recurso para declarar inabilitada a licitante MCS MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S, além de solicitar, que caso o entendimento do Pregoeiro seja pela manutenção da decisão, que o seu recurso seja convertido em Recurso Hierárquico, a fim de que ele seja submetido à apreciação superior, em conformidade com o disposto no art. 109, §4 da Lei nº 8.666/93.

3 - Contrarrazões apresentadas:

A MC MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S apresentou, também, tempestivamente, em 03 de maio de 2019, informações sobre cada um dos pontos apontados pela Recorrente, solicitando ao final que a Administração indefira o recurso da Maciel Auditores S/S.

4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:

A apresentação do Recurso e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.



Conforme itens 19.1 e 19.2 do Edital, a PPSA tem a prerrogativa legal de interpretar o instrumento convocatório e as normas disciplinadoras desta licitação visando à ampliação da disputa, bem como de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme a seguir:

“19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses da **PPSA**, bem como à finalidade e à segurança da contratação.”

“19.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive junto a “sites” de consulta pública, na internet, bem como nos arquivos da própria **PPSA**.”

Assim, dentro deste contexto, segue a avaliação sobre a aceitação do Atestado Técnico emitido pela PWC:

Os Atestados são emitidos por terceiros, que não estão submetidos às exigências e as obrigações do processo licitatório e, muitas vezes, emitem documentos segundo seus próprios padrões que, nem sempre, correspondem exatamente ao solicitado no Edital, confeccionado pelo órgão licitador;

As empresas estão subordinadas a seus regramentos internos e regras de confidencialidade, que muitas vezes, não permitem a divulgação de valores e outros dados contratuais;

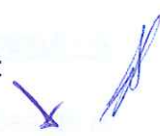
A observação constante do item 13.3.3 - de que Atestados emitidos pela Proponente para seus próprios profissionais devem ser acompanhados dos correspondentes atestados emitidos pela contratante dos serviços, destacando a participação de cada profissional - não se aplica a este caso, pois o Atestado em comento não foi emitido pela Proponente, que é a MCS, e sim por terceiros (no caso, a PWC);

A MC MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S solicitou esclarecimento prévio sobre a possibilidade da aceitação do citado Atestado e a PPSA respondeu positivamente através da resposta ao Esclarecimento nº 01 publicada em 11/04/2009, no COMPRASNET e no site da PPSA. Este entendimento não foi questionado e nem foi motivo de recurso ou impugnação ao Edital pela Recorrente;

A qualificação técnica da Proponente foi satisfeita por meio da comprovação de experiência profissional do sócio André Gustavo Macedo Simões, sendo esta suficiente e dispensa a comprovação de experiência profissional dos demais sócios. Além disso, entendemos que a extensão desta exigência a todos os sócios, conforme entendeu a Recorrente, seria um excesso de formalismo, capaz de restringir a competitividade e a participação no certame; e

A PPSA verificou, através de diligenciamento, que no período em que o sócio André Gustavo Macedo Simões, da MCS, trabalhava na PWC, esta prestou serviços de auditoria externa para grandes empresas petrolíferas, tais como Petrobrás e Shell.

Da mesma forma, segue a avaliação sobre a aceitação do Balanço Patrimonial da MCS:



Quanto ao SPED, a Área Técnica da PPSA já havia avaliado o assunto e concluído que esta exigência não se aplica a MCS, por tratar-se de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP optante pelo SIMPLES;

O item 13.3.4. exige a apresentação de Balanço Patrimonial com o objetivo de se comprovar à PPSA que o Patrimônio Líquido da empresa é positivo e não para fins de avaliação da situação econômico-financeira da empresa. Ademais, o Edital não solicita explicitamente os demais documentos nominados pela Recorrente, tais como Termo de Abertura, Encerramento etc.; e

A publicação realizada no site do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) cita que todas as empresas com receita bruta inferior a R\$ 300 milhões e ativos inferiores a R\$ 240 milhões estão submetidas à norma. No entanto, no item P7 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas, temos o ITG 1000 (Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) aprovado através da Resolução CFC nº 1.418/12. Este ITG prevê, nos itens 26 e 27, a simplificação dos procedimentos que podem ser utilizados pelas empresas do Simples Nacional.

“26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.

*27. A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, **apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação**, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.” (grifo nosso).*

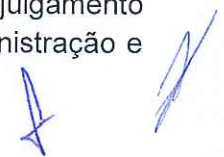
Por todo o exposto, não vislumbramos no recurso apresentado comprovação de desrespeito à legalidade e ao princípio da vinculação ao Edital, uma vez que a MC MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S apresentou documentos que atestam sua habilitação em conformidade com as normas editalícias.

Reiteramos, então, que o julgamento foi técnico e objetivo, comprometido com a legalidade e visando sobre tudo ao atendimento do interesse público, com qualidade pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Cabe destacar também que desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos no DOU de 03/04/18 em atendimento a Lei nº 13.303/16 a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei nº 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação da referida legislação.

5 - Decisão do Pregoeiro:

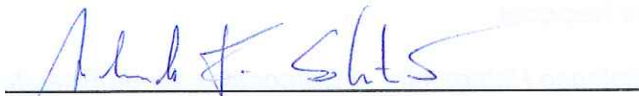
Após analisar as alegações apresentadas pela Recorrente, as contrarrazões apresentadas pela MC MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S, observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e visando selecionar a melhor proposta para a Administração e



amparado pela Área Técnica da PPSA, com base no inc. VII do art. 11 do Decreto nº 5.450/2005, o Pregoeiro manifesta-se no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela MACIEL AUDITORES S/S, tendo em vista que, após a análise da totalidade dos documentos apresentados pela MC MARKUP AUDITORES INDEPENDENTE S/S, torna-se clara a comprovação da capacidade técnica desta para cumprir o objeto deste Edital.

Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 62, parágrafo 5º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA e aos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, para avaliação das alegações apresentadas e decisão do recurso.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2019

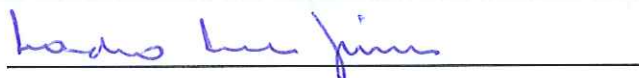


Pregoeiro

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Pelas razões expostas pelo Pregoeiro, ouvida a Consultoria Jurídica, e considerando que a proposta declarada vencedora atende as condições do Edital, ratifico a decisão do Pregoeiro e mantenho a sua decisão no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela MACIEL AUDITORES S/S.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2019



Leandro Leme Júnior

Diretor de Administração, Controle e Finanças